

PEDRO ARAÚJO

paraujo@ces.uc.pt

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A VERTIGEM DO MOMENTO: O PODER DO SOFRIMENTO E DA MORTE E A ILUSÃO DA FORÇA DAS VÍTIMAS

Tous les pays peuvent faire la une des journaux,
pourvu que ce soit dans le malheur.
Sekiguchi (2011)

A Tragédia de Entre-os-Rios, como veio a ficar conhecido o colapso parcial da ponte Hintze Ribeiro, em 2001, alterou para sempre o concelho de Castelo de Paiva, bem como as freguesias de Raiva, Sardoura, Paraíso, Bairros, S. Martinho de Sardoura e Fornos e todos os lugares que naquela noite perderam alguém para o Douro¹. Portugal ficou de luto e a queda da ponte Hintze Ribeiro, ao interromper o fluxo televisivo normal (Torres, 2006), tornou-se na *Ponte mais vista do país* (Marinho, 2004)².

A COBERTURA JORNALÍSTICA DA TRAGÉDIA DE ENTRE-OS-RIOS

A cobertura jornalística da Tragédia de Entre-os-Rios — em particular, a cobertura televisiva por parte da SIC/SIC Notícias e da TVI, então, em guerra aberta pelas audiências — suscitou duras críticas por parte de diversos comentadores, analistas, jornalistas, atores políticos, etc., tendo mesmo conduzido à emissão de dois comunicados³.

¹ Geograficamente, a queda da ponte Hintze Ribeiro atingiu pessoas de Castelo de Paiva, Penafiel, Cinfães e Gondomar, concentrando-se, porém, o seu maior número, em Castelo de Paiva e, mais precisamente, na freguesia de Raiva.

² Sandra Marinho (2004: 578), no final da sua comunicação esclarece o título: “Intitulámos o nosso trabalho ‘A Ponte mais vista do País’, recuperando a fórmula que foi então adotada pela comunicação social para referir os acontecimentos, [já que] no dia 5 de março de 2001, a informação não foi líder de audiências, mas sim uma telenovela: Laços de Família. Foi a novela e não os diretos de Entre-os-Rios que deram à SIC a pole-position na corrida do dia”.

³ A cobertura jornalística da queda da ponte Hintze Ribeiro foi, ainda durante as operações de resgate, objeto de um amplo debate e tornou-se, posteriormente, um estudo de caso sobre práticas jornalísticas a observar e a evitar em contextos de desastre (entre outros, Camponez, 2004; Marinho, 2004,

O comunicado da Alta Autoridade para a Comunicação Social (08.03.2001) apelava:

[A] contenção e sentido profissional dos jornalistas e dos responsáveis editoriais envolvidos no noticiário sobre o acontecimento [e exortava-os] a fazerem uso do seu direito/dever de informar sem pôr em causa o respeito pelo direito à imagem de todos os envolvidos nesse desastre e sem esquecer a sua vinculação ao dever de atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas cujos depoimentos recolham.

O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (12.03.2001), por sua vez, elegia como principal alvo o pacto de auto-regulação entre os responsáveis pelas estações televisivas, considerado como “uma proposta de não-agressão comercial — com a ética jornalística como refém”.

No cerne deste dois comunicados encontram-se as prolongadas transmissões em direto de Entre-os-Rios que obrigaram os jornalistas de terreno a procurar informação que preenchesse o vazio das difíceis operações de busca e resgate dos corpos (Marinho, 2004). Carlos Camponez, resume desta forma os deslizos, então, cometidos no terreno:

Entrevistas a crianças, interpelação de populares em visível estado de comoção, cobertura extensiva e em direto da tragédia, a folclorização mediática do evento e a degenerescência informativa sob o efeito da concorrência das estações televisivas em busca das audiências, são algumas das referências que podemos encontrar na crítica do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas à cobertura do acontecimento. A exaustiva cobertura televisiva transformou o jornalista numa espécie de animador com a função de não deixar espaços em branco durante as emissões desse ‘Show da Morte’, tentando trazer as famílias das vítimas para o palco das emoções para lhes perguntar: como se sente? (Camponez, 2004, p. 11)

Um membro da comunicação social local por mim entrevistado é mais duro relativamente ao que presenciou na altura em Entre-os-Rios.

Do ponto de vista jornalístico, eu acho que foi dos espetáculos mais degradantes a que se assistiu em Portugal. Foi realmente a transposição metafórica daquela imagem das aves necrófagas que, ainda antes dos animais morrerem, andam a pairar para ver quando é que morrem. Foi

um pouco essa imagem. Os abutres, não é? Foi um pouco essa a imagem com que fiquei e creio que é também a imagem que muita gente tem em relação à comunicação social. Mas lá está. Também aqui é uma questão de falta de preparação. Não há história, não é normal no nosso país haver uma situação daquelas. [...] Normalmente, quando há um acidente qualquer, está nas notícias um ou dois dias. Ali, foi uma enormidade de dias sempre com novidades, com especulação, com reportagens... É uma situação que não é normal e os media não estiveram à altura... (Ricardo Campos, Comunicação social local, Entrevista, 08.05.2013)

Não é este o espaço para discutir se a cobertura noticiosa da queda da ponte Entre-os-Rios privilegiou uma abordagem terapêutica (*therapy news*) (Mayes, 2000), cuja prioridade são as emoções e as vítimas, ou um jornalismo de informação (Carey, 1987), cuja prioridade são os factos e a objetividade, ou, mesmo, se oscilou entre estas duas tendências (Kitch, 2000). Concordo, neste particular, com a afirmação de Mervi Pantti e Karin Wahl-Jorgensen (2007, p. 5) segundo a qual:

A cobertura dos desastres é emocional por natureza, quer se foque nas emoções dos indivíduos diretamente afetados por acontecimentos trágicos quer se foque nas emoções coletivas da comunidade reagindo às desventuras de outros como eles. Os desastres tornam as emoções proeminentes porque envolvem práticas de um repertório fora das quotidianas rotinas estruturais. (...) Os desastres diferem bastante na medida em que envolvem práticas fora das rotinas estabelecidas e geram envolvimento emocional.

O argumento subjacente à reflexão a empreender neste artigo relativamente à ação da comunicação social no caso da Tragédia de Entre-os-Rios é o de que esta desempenhou um papel preponderante na produção e construção do acontecimento e, em particular, na afirmação do poder interpelativo do sofrimento e da morte, enquanto elemento-chave na definição de uma prática de governação de um território e de uma população afetados por um acontecimento extraordinário que se pode classificar como *de expiação* (Araújo, 2004). Como lembra Patrick Lagadec (1995, p. 6), a comunicação social abandonou, hoje, o seu lugar de observador exterior das crises para se tornar num dos seus atores diretos. E é como um dos atores flucrais da Tragédia de Entre-os-Rios que a comunicação social será aqui tratada.

“PORQUE CAIU A PONTE?”, O ESPECIAL INFORMAÇÃO

No quadro da construção do acontecimento pela comunicação social, o *Especial Informação*, transmitido pelo canal televisivo SIC no dia 13 de março de 2001, é incontornável⁴. “Porque caiu a Ponte?”, assim se intitula este Especial Informação apresentado por José Alberto Carvalho. Por essa altura, a ponte já não necessitava de especificação. Por essa altura, a simples referência à *Ponte* era suficiente para identificar a Hintze Ribeiro.

O programa divide-se em duas partes. Uma primeira, com cerca de duas horas, que procura responder à questão que dá o título ao programa e uma segunda parte, com cerca de uma hora, na qual se faz um balanço da primeira semana de operações de deteção do autocarro e dos carros ligeiros, levada a cabo pelo Instituto Hidrográfico da Marinha Portuguesa⁵.

O *Especial Informação*, transmitido em simultâneo na SIC e na SIC Notícias, abre com os destroços da ponte Hintze Ribeiro acompanhada da pergunta que lhe dá mote. José Alberto Carvalho explica que o programa resulta de uma investigação realizada por uma equipa da SIC de jornalistas, produtores e infografistas que, para dar resposta à pergunta de partida, procurou perceber se o pilar que ruiu era diferente dos outros, se alguém sabia que esse pilar era diferente, e, a ser assim, por que é que não se fez nada. A investigação da SIC, prossegue José Alberto Carvalho, encontrou respostas para algumas dessas perguntas e “as respostas revelam-se tão trágicas quanto a tragédia da noite de 4 de março”.

Para além do abundante recurso à infografia, a mais-valia do programa são, indubitavelmente, as imagens inéditas da inspeção subaquática realizada em dezembro de 1986 ao pilar P4 que, segundo José Alberto Carvalho, um leigo, “já apresentava na altura um índice de erosão preocupante”. Saliente-se que estas imagens haviam desaparecido do arquivo da Junta Autónoma de Estradas (JAE), pelo que a sua transmissão por um canal de televisão, volvida pouco mais de uma semana sobre o colapso parcial da ponte, se reveste de uma importância crucial. Todavia, o verdadeiro poder das imagens da inspeção subaquática não se encontra nas filmagens em

⁴ O canal televisivo Sociedade Independente de Comunicação (SIC) inaugurou a sua emissão no dia 6 de outubro de 1992, um ano antes da inauguração da emissão da Televisão Independente (TVI). Uma das grandes apostas deste novo canal foi a informação, que, por atingir o dobro do tempo dispensado pelos outros canais portugueses representou uma inversão da tendência dominante na Europa (Santos, 2002: 94). Em três anos o novo canal televisivo assumia a liderança do mercado das audiências, liderança que só viria a ser perturbada pela TVI a partir de 1999 e a acentuar-se nos dois anos seguintes. A SIC Notícias, por sua vez, começou a transmitir a 8 de janeiro de 2001 e é um canal temático exclusivamente dedicado à informação. A cobertura do colapso parcial da Hintze Ribeiro constitui, pois, a primeira grande prova para o canal noticioso da SIC.

⁵ As transcrições aqui reproduzidas resultam do visionamento do programa.

si, filmagens, na verdade, ininteligíveis e pouco elucidativas para um leigo, mas precisamente no facto de terem desaparecido do arquivo da JAE e de ser um canal de televisão a transmiti-las em exclusivo, o que contribui indubitavelmente para reforçar a intriga que se cria, então, em torno das causas da queda parcial da Hintze Ribeiro.

Para auxiliar na leitura dessas imagens, nos estúdios da SIC encontram-se alguns especialistas que, segundo o apresentador, “ajudarão a encontrar as respostas possíveis da técnica e da ciência”: o Professor Doutor António Heleno Cardoso, Catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa; o Engenheiro Armando Rito, engenheiro de pontes; o Engenheiro Jorge Pessoa Barreiros Cardoso, Engenheiro da JAE aposentado mas que se encontrava em funções na altura da inspeção subaquática e que virá a ser constituído arguido no processo-crime de Entre-os-Rios; e o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do X Governo Constitucional (Cavaco Silva, PSD, 1985-1987), João Maria Oliveira Martins, falecido em 2011. Em direto de Entre-os-Rios, com os destroços da ponte Hintze Ribeiro em pano de fundo, encontram-se Paulo Teixeira, Presidente da Câmara de Castelo de Paiva, “porta-voz da indignação e das críticas e dos reparos feitos aos diversos governos e aos diversos responsáveis ao longo dos anos, tentando evitar aquilo que afinal acabou por acontecer”; e Vítor Oliveira, um funcionário da empresa Licínio e Leite, Lda., uma das sete empresas de extração de inertes a operar no Douro situada no aterro, junto à ponte e ao pilar P5, na margem esquerda do rio.

Um painel de convidados que reflete, pois, as causas para o colapso do pilar P4 que vinham sendo avançadas pela comunicação social. De resto, mesmo depois de apresentadas as imagens da inspeção subaquática aos pilares P2, P3 e P4, as causas diretas para o colapso do pilar continuam a fazer unanimidade entre os presentes no programa e a retomar os argumentos sugeridos por diversos especialistas na comunicação social, a saber, o descalçamento do pilar P4 por ação da atividade de extração de inertes, da redução da alimentação de caudal sólido provocada pela retenção de sedimentos nas albufeiras existentes no rio Douro e afluentes, e das severas condições de persistência de caudais elevados que se verificaram no rio Douro, no local da ponte, desde o início do ano hidrológico 2000/2001. De salientar, porém, que a tónica na extração de inertes será menos acentuada do que aquela que será dada à inspeção e manutenção das obras de arte e abordada apenas quando será questão dos efeitos de erosão no descalçamento do pilar. Vítor Oliveira, da empresa Licínio e Leite, Lda., pouco solícito ao longo de todo o programa, quando questionado sobre o volume

de areia extraído responderá de forma lacónica: “A quantidade de areia que é retirada é aquela que o IND [Instituto de Navegabilidade do Douro] nos autoriza a tirar”. Na opinião de Vítor Oliveira, a responsabilidade pelo colapso da ponte deve ser procurada nas descargas realizadas pela barragem do Torrão, no Tâmega⁶. Por parte dos areiros não há, em suma, qualquer responsabilidade a assumir.

As imagens da inspeção subaquática reforçam, porém, o argumento que se irá reencontrar nos relatórios finais das comissões de inquérito Ministerial (março de 2001) e Parlamentar (outubro de 2001), relativo à existência de informação factual quanto ao estado dos pilares e à ausência de perceção do risco ou pelo menos da urgência de resolução dos problemas estruturais da ponte. A questão em debate passa, deste modo, a ser: o que sucedeu ao relatório elaborado pela empresa responsável pela inspeção subaquática (Investigação e Técnica Submarina, ITS)? Mas, mais do que isso, por via do seguimento dado ao relatório da ITS pela Junta Autónoma de Estradas (JAE), opera-se uma reorientação no sentido da responsabilização pelo colapso da ponte que, além dos técnicos, aponta para os atores políticos.

É ao Engenheiro Jorge Pessoa Barreiros Cardoso, da JAE, que cabe responder a José Alberto Carvalho pelos trâmites seguidos pelo relatório da ITS que, no último parágrafo exibido perante as câmaras da SIC, aconselhava, entre outras coisas, ao enrocamento do pilar P4 pelas entidades competentes. Na perspetiva do Engenheiro Barreiros Cardoso as conclusões às quais chega o relatório da ITS não eram alarmantes. A mesma opinião tem o Engenheiro Armando Rito, para quem não se pode inferir do relatório que fosse urgente qualquer intervenção à ponte, nem mesmo determinar se o enrocamento do pilar P4 seria aconselhável ou se poderia ter evitado o colapso da ponte. “Era necessário levar a investigação mais além”, afirma. Tal não veio a suceder — e é aqui que tudo se joga — devido a uma “alteração de política”, à qual já aludira o Engenheiro Barreiros Cardoso com a referência a uma “alteração nas diretivas”.

Prossegue o Engenheiro Armando Rito: “Eu não diria que houve uma desvalorização dessa informação [relatório da ITS]. Houve uma mudança de opção”. Sendo essa opção a construção de uma nova ponte em Entre-os-Rios. Este é o dado que tudo altera. Um dado, aliás, abordado pela

⁶ Durante o *Especial Informação*, por telefone, o Presidente do Instituto da Água, Mineiro Aires, esclarecerá que as descargas realizadas pela barragem do Torrão no dia 4 de março não ultrapassaram os limites normais apesar do “Douro ter sido martirizado por uma série de cheias” das quais não há memória. Igualmente por telefone, o autarca de Marco de Canavezes, Avelino Ferreira Torres, afirmará que a barragem do Torrão terá, efetivamente, realizado descargas muito acima do máximo para o qual está efetivamente preparada.

Comissão de Inquérito Parlamentar e reforçado pelos deputados do CDS-PP na sua declaração de voto: a opção política, primeiro, e o posterior protelamento da construção de uma nova ponte em Entre-os-Rios, por razões exclusivamente políticas, encontra-se na base da diminuição das preocupações com a manutenção da ponte Hintze Ribeiro. Um dado que atenua, senão que exonera, os técnicos de responsabilidade. O que se poderia aqui perguntar, pedindo à Hannah Arendt (2013) emprestada a ideia da *banalidade do mal*, é se os funcionários técnicos ficariam privados da faculdade de imaginação das consequências das suas práticas por limitado ao cumprimento de ordens?

Ainda Armando Rito:

O que eu vejo é uma tentativa nítida, especialmente do poder político, de responsabilizar os técnicos. Esquecem-se que os técnicos de uma instituição pública cumprem as ordens do Governo seja ele de que cor for. Se não lhes concedem os meios, se alteram permanentemente as políticas e as prioridades. [...] Se é muito mais importante cortar fitas de pontes novas do que reparar as velhas que não dão direito a cortar fitas, por amor de Deus, não crucifiquem os técnicos! Os técnicos têm muitas vezes responsabilidades, mas, acima de tudo, os políticos que pensem bem no que andam a fazer e no que obrigam os técnicos a fazer. Isso é importante que se diga!

Aberto o debate à participação do público (telefónica e via correio eletrónico), acentuar-se-á o pendor na responsabilidade política pelo colapso. A frase de Jorge Coelho — a culpa não pode morrer solteira — servirá de mote para abrir uma discussão que revolverá em torno de três eixos: a negligência, a responsabilização e a confiança. A negligência político-administrativa, a responsabilização de técnicos e políticos, e a reposição da confiança nas obras de arte e viadutos a cargo do Estado.

Ressalto a participação telefónica de José Junqueiro (PS), Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, que insiste na existência de “responsáveis concretos”, sobre a necessidade de apurar a verdade como forma de expressar respeito pelas vítimas e aliviar o sofrimento dos familiares, que reforça a urgência em devolver a confiança aos portugueses relativamente às obras de arte, e que acentua a responsabilidade política do PSD, no governo por altura da inspeção subaquática de 1986.

Uma súmula para o que acontece em direto do palco erigido pela SIC, encontra-se num artigo do *Público*, da autoria de Pedro Garcias (2001), significativamente intitulado “A verdade no fundo do rio”:

Sabe-se agora que, do ponto de vista político, ninguém tem as mãos limpas. Os governos do PSD sabiam dos problemas da ponte e não fizeram nada. Os do PS também foram avisados e nada fizeram. [...] Por agora, toda a gente tenta sacudir a água do capote. Os empresários ligados à extração de areias começam a ver o negócio ameaçado e culpam a barragem do Torrão, que terá feito descargas de água anormais. Os institutos sucedâneos da JAE culpam os areeiros, cuja atividade terá levado ao descalçamento dos pilares. Os técnicos responsabilizam os políticos. Os políticos acusam-se entre eles. E a procissão ainda vai no adro. O país espera, pelo menos, que nada fique como dantes (Garcias, 2001, p. 5).

Do *Especial Informação* da SIC, mais do que a extração fluvial de inertes, as cheias ou as barragens, sai acrescida a responsabilidade técnica das entidades a cargo das quais se encontravam a inspeção e manutenção da Ponte Hintze Ribeiro e a responsabilidade política a nível central como local: o poder local pela concentração das atenções numa nova ponte e o poder central pelo protelamento da construção de uma nova ponte.

A primeira parte do programa coloca a ênfase nas condições técnicas e políticas subjacentes ao colapso parcial da ponte, enquanto a segunda aborda os efeitos humanos da tragédia, sendo a ênfase colocada nas operações de busca e resgate e de deteção dos veículos submersos. Até ao momento, dia 13 de março de 2001, apenas nove dos cinquenta e nove corpos jazendo no Douro, ou algures no Atlântico, tinham sido resgatados e nenhum dos veículos tinha sido detetado. Tal como na primeira parte, o programa conta com convidados em estúdio e em direto de Entre-os-Rios.⁷ O debate, este, irá ser norteado por duas grandes questões: primeiro, se as metodologias e os equipamentos utilizados pelo Instituto Hidrográfico da Marinha Portuguesa são os mais adequados e, segundo, qual a validade e efetivo respeito das condições de segurança dos mergulhos realizados até então. Mais lateralmente aparecerá a cooperação internacional, ou seja, o facto de se terem deslocado ao local forças estrangeiras (até ao momento, Espanha, França e Itália, na medida em que só mais tarde participarão nas operações forças suecas e dinamarquesas).

⁷ No estúdio encontram-se: o Comandante Dias Martins (Diretor da Escola de Mergulho da Armada); o Comandante Ferreira Coelho (Instituto Hidrográfico); o Tenente Vicente (responsável pelas operações de mergulho); João Neves (mergulhador profissional e instrutor de instrutores de mergulho); e um Professor, cujo nome correto não é audível na gravação, apresentado como especialista em metais pesados. Em direto de Entre-os-Rios: o Comandante Augusto Ezequiel (Diretor técnico do Instituto Hidrográfico da Marinha); o Coronel Pinto Henriques (da Proteção Civil); Paulo Teixeira (Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva); e Augusto Moreira (representante dos familiares das vítimas).

O debate, à imagem do que tinha acontecido na primeira parte do programa, assume um pendor marcadamente técnico, com os representantes da Marinha Portuguesa a explicar e a justificar as metodologias de deteção adotadas — e apoiadas pelas forças estrangeiras — como sendo as adequadas face às condições extremamente adversas encontradas no terreno. A opção pelos mergulhos é explicada, por sua vez, pela situação extraordinária que apela a medidas extraordinárias, embora sempre com o devido respeito pelas condições de segurança dos mergulhadores.

A primeira nota emotiva, chamemos-lhe assim, é dada por Paulo Teixeira e por Augusto Moreira que, embora reconhecendo o esforço desenvolvido pelos operacionais, salientam a morosidade das operações e a importância de que se reveste o facto de os corpos serem resgatados. A segunda, talvez mais surpreendente, vem do Comandante Dias Martins, da Marinha Portuguesa.

Os mergulhadores da Armada não são homens de ferro. São homens com sentimentos como todos os portugueses e claro que esta missão no Douro para nós foi o sentir de muitas famílias que tiveram entes queridos neste acidente. Devo-lhe dizer que, inclusivamente, o condutor do autocarro era primo de um dos nossos homens. Portanto, imagine o nosso sentimento. O nosso sentimento era cumprir a missão o mais rapidamente possível mas dentro das condições de segurança.

De resto, o livro que o Comandante Ezequiel haveria de escrever, em coautoria com António Vieira, *Missão em Castelo de Paiva* (2001), é um exemplo franco do impacto do sofrimento e da morte nos operacionais no terreno. Trata-se de um relato escrito a duas mãos sob a forma de um diário (5 de março a 8 de abril de 2001) que entrecruza os trâmites da operação da equipa de deteção dos veículos, chefiada pelo Comandante Augusto Ezequiel (Instituto Hidrográfico da Marinha), com comentários e observações do jornalista António Vieira, que acompanhou *in loco* o desenrolar das operações. De forma clara e concisa, os autores abordam temas como a tecnicidade complexa das operações, a força da natureza (a chuva e o rio Douro), a luta contra a natureza e a supremacia desta face à técnica, à ciência e à vontade humana. Abordam, ainda, a presença assídua dos políticos, as relações dos operacionais com a comunicação social, as relações com a população e, principalmente, as relações com os familiares das vítimas, relativamente aos quais é assumida a preeminência da emoção face à razão.

É precisamente esta preeminência da emoção que queria abordar de seguida para lançar a questão do poder interrelativo do sofrimento e da

morte que, por intermédio da comunicação social, se desprende do momento de compaixão criado pelo acontecimento.

A COBERTURA TELEVISIVA DA TRAGÉDIA DE ENTRE-OS-RIOS

Nesta senda, a título ilustrativo, recorrerei aos artigos de José Pacheco Pereira e de Eduardo Cintra Torres, ambos incluídos no número cinco da revista *Jornalismo e Jornalistas* (abril/junho de 2001), do Clube de Jornalistas, cujo tema central incide precisamente sobre a cobertura noticiosa da Tragédia de Entre-os-Rios⁸. Para ser preciso, talvez se devesse acrescentar que é este um número dedicado à cobertura televisiva, já que a imprensa escrita carece de um elemento fundamental para ter protagonismo nesse debate — o direto —, enquanto a cobertura radiofónica carece, por sua vez, igualmente de um elemento fundamental: a imagem, o principal catalisador da emoção (Tétu, 2004, p. 10).

No artigo de José Pacheco Pereira, *O show da morte*, dos argumentos avançados para criticar o espetáculo televisivo e o comportamento dos políticos suscitados pela queda parcial da ponte Hintze Ribeiro, retenho aquele que tem a ver com a capacidade transformadora dos desastres e que consiste em saber se o processo de aprendizagem se traduz efetivamente em medidas estruturais que permitam evitar a ocorrência de novos desastres. A resposta de Pacheco Pereira é perentória: o *show* televisivo gera surtos de má governação destinada exclusivamente a responder ao próprio show televisivo. “Todas as medidas de emergência destinam-se [...] a encher os olhos que espreitam por detrás das televisões [e a] responder à voracidade das câmaras” (Pereira, 2001, p.9).

A urgência de agir perante as televisões que acompanham os desastres, mais do que perante os desafios suscitados pelos desastres, impelindo ao imediatismo.

Ou me engano muito ou do desastre de Castelo de Paiva não vai sair nenhuma medida estrutural que evite outros desastres. Tudo o que se decide é pontual e imediato, enquanto as medidas de fundo são lentas, demoram tempo

⁸ Para refletir sobre esta questão são convidados um conjunto de jornalistas: Joaquim Fidalgo (Público), do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas; José Pacheco Pereira (Público); Fernando Martins (Jornal de Notícias); Eduardo Cintra Torres (Público); Mário Mesquita (Público); J.-M. Nobre Correia (Expresso); Júlio Magalhães (TVI/Expresso); João Carreira Bom (Diário de Notícias); Judite de Sousa (RTP/Jornal de Notícias); José Vítor Malheiros (Público); Augusto Seabra (Público); e Luís Proença (SIC Notícias, único diretor de informação que aceitou ao convite para participar neste número especial).

a dar efeitos e não cabem na televisão. Essas, ninguém é impelido a tomar, e por isso o país fica com este atraso endêmico. O 'show' é hoje um elemento central deste estado de coisas. Não melhora, engana; emociona, não faz pensar; favorece o frenesim dos políticos diante das câmaras, e penaliza a sociedade. (Pereira, 2001, p. 9)

Como diz Richard Zimler nos *Anagramas de Varsóvia*: “Às vezes precisamos de esperar muito tempo para sabermos o significado do que está a acontecer neste preciso instante” (Zimler, 2009, p. 354). Quero com isto dizer que José Pacheco Pereira é ele próprio vítima do imediatismo, ou seja, da urgência do escrever que, neste sentido, partilha algumas similitudes com a urgência do agir. Pacheco Pereira profetiza em cima do acontecimento com base numa certa ideia dos “políticos que nos governam”. O trabalho sociológico difere, porém, do trabalho jornalístico, as suas evidências emergindo retrospectivamente (Bensa & Fassin, 2002) mais do que no imediato e por antecipação.

Exemplo paradigmático é o Sistema de Gestão de Obras de Arte (SGOA) que, ao longo da década subsequente à queda parcial da Ponte Hintze Ribeiro, se irá consolidar e que, do ponto de vista da aprendizagem ou das lições do desastre, representa efetivamente uma resposta de longo prazo sustentada. De facto, na sequência da queda parcial da Hintze Ribeiro, as obras de arte tornam-se um *domínio quente*, na medida em que possuem provas dadas relativamente aos danos políticos e institucionais que as suas eventuais falências podem provocar. Estando sempre presentes as consequências de Entre-os-Rios para os agentes políticos e para os agentes técnicos, o desenvolvimento do SGOA foi no sentido de limitar a *ausência de percepção do risco*, o principal fundamento da argumentação técnica e política que perpassa as causas do desastre, ou seja, no sentido de afirmar uma *readquirida* eficácia. Apesar de perdurar a permeabilidade das chefias devido aos ciclos eleitorais, o domínio das obras de arte constitui, hoje, um domínio relativamente salvaguardado, nomeadamente ao nível da sua dotação orçamental.

É, nesse sentido, fundamental que a análise de um acontecimento extraordinário, tal como foi a queda parcial da ponte Hintze Ribeiro, se faça com base na sua inscrição num contínuo temporal longo no qual se demarquem três tempos abertos: *o tempo anterior ao desastre*, *o tempo do durante o desastre* (o momento da urgência) e *o tempo do quase-silêncio do pós-desastre* (o longo prazo). Cingindo-me ao argumento central deste artigo, procurarei mostrar que a influência dos meios de comunicação social

concentra-se no *tempo do durante o desastre*, na medida em que os tempos *anterior ao desastre* e do *quase-silêncio do pós-desastre* são tempos pontualmente aludidos, no caso do primeiro, e de quase-silêncio por parte da comunicação social, no caso do segundo tempo.

O artigo de Eduardo Cintra Torres (2001), com a devida crítica aos exageros da comunicação social em geral, toma a defesa da televisão e vê na emoção, na dor e nas lágrimas dos familiares das vítimas entrevistados um povo que “chora de raiva contra as elites do seu país” e uma “insuportável acusação” à incúria do poder. São lágrimas - não domesticadas, duras e humanas - que incomodam pela crítica sem subterfúgio que contêm às elites.

Quando se quer censurar as lágrimas politicamente incorretas que vimos na TV quer censurar-se a liberdade da crítica que elas exprimiram. O que se pretende é calar o povo. Porque esta censura é a mesma que no princípio do século XX os intelectuais faziam aos tabloides e é a mesma que desde há décadas se faz à televisão: a TV não dá as notícias que as elites querem ver; dá outras!

Os desastres estimulam, de facto, por via da emoção, a emergência nos meios de comunicação social de um registo *populista* que, na definição de Umberto Eco citada por Alain Minc, consiste num “apelo sentimental e direto a uma entidade imprecisa que não existe e à qual se chama povo, que se procura apanhar pelas tripas” (citado por Minc, 2005, p. 15, *TA*). Os desastres a confirmarem que o povo tem razão de desconfiar das elites políticas e administrativas (Minc, 2005).

O QUE HÁ DE ERRADO EM REVELAR O SOFRIMENTO?

Partindo da ideia contida no artigo de Eduardo Cintra Torres, mais do que o registo populista, interessa-me atender às emoções - reveladas ou exploradas, neste caso é irrelevante - trazidas a público pela comunicação social no contexto dos desastres. A base sob a qual irá assentar o meu argumento encontra-se perfeitamente resumida na interrogação que Susie Linfield levanta a propósito das polémicas fotografias de guerra de James Nachtwey:

O que há de errado em revelar o sofrimento; o que há de correto em ocultá-lo? Por que é que se considera o narrador, ao invés da narrativa, como obsceno - e, ademais, não serão algumas obscenidades deste mundo dignas da nossa atenção? (Linfield, 2010, p. 41).

Pantti e Wahl-Jorgensen (2007), com base em seis episódios que pertencem ao cânone dos grandes desastres e acidentes coletivos britânicos (dois incêndios (*Glen Cinema*, 1929 e *Bradford City Football Stadium*, 1985), três acidentes ferroviários (*Harrow and Wealdstone*, 1952; *Moorgate tube*, 1975; e *Lanbroke Grove*, 1999) e um deslizamento de terras (Aberfan, 1966), abordam duas questões intimamente relacionadas relativamente à cobertura mediática de desastres ancorada no paradigma das *therapy news*: os desastres como uma oportunidade para explorar o papel político do jornalismo e a cobertura jornalística dos desastres como um meio de empoderamento (*empowerment*) político das vítimas.

A luta pelo enquadramento da Tragédia de Entre-os-Rios e das lições a tirar do acontecimento é uma luta que se trava por via de palavras e de imagens e, necessariamente, por via das emoções que estas suscitam e dos valores aos quais apelam. Participando ativamente dessa luta, a comunicação social confere visibilidade a discursos e narrativas que se situam necessariamente fora dos enquadramentos político, pericial e judicial. Discursos e narrativas que não apenas fornecem interpretações alternativas ao acontecimento como revelam, na sua nudez, o sofrimento provocado pelo acontecimento. O drama humano do acontecimento conferindo às emoções um carácter politicamente subversivo e um papel orientador da ação no âmbito de um enquadramento claramente definido de injustiça (Jasper, 1998).

Em Entre-os-Rios a resposta governamental resultou, no imediato, da acumulação de desvantagens por parte do Governo a diversos níveis: o facto de o desastre envolver uma estrutura pública, o carácter inédito do desastre, as dificuldades nas operações de busca e resgate, o carácter inédito do acompanhamento mediático, e a cristalização da opinião pública numa definição da injustiça favorável ao território e à população afetados. Uma acumulação de desvantagens, do ponto de vista da gestão política de crises, que resulta numa determinada prática de governação. Em Entre-os-Rios, o principal catalisador para a ação governamental não foi a reconhecida negligência político-institucional, de algum modo publicamente assumida no *mea culpa* político de Jorge Coelho, mas principalmente a exposição mediática do sofrimento e da morte. A mensagem é clara: à natureza excecional do acontecimento deve o Governo responder com exceção.

As lágrimas dos paivenses são, mais do que politicamente incorretas, politicamente perturbadoras, porque obrigam o político a afastar-se do seu quadro de funcionamento normal em relação a um território e a pessoas que, em tempos comuns, gravitariam longe da sua órbita. Os

tempos são, porém, de desassossego. E as lágrimas do povo são politicamente perturbadoras porque evocam a possibilidade das vidas perdidas na Hintze Ribeiro serem vidas irrelevantes para o Estado, vidas que podem ser sacrificadas, vidas que, aparentemente, se encontravam fora da comunidade política, a mesma comunidade política na qual fazem, agora, subitamente irrupção porque ausente e porque mortas. São lágrimas politicamente perturbadoras, finalmente, porque evocam a possibilidade futura dessa súbita pertença à comunidade política se dever exclusivamente a um acontecimento extraordinário e de se restringir, por essa razão, ao tempo da urgência, ao tempo do Governo da exceção. O que perturba, em suma, não são as lágrimas em si, mas o facto de estas se tornarem politicamente relevantes precisamente por serem lágrimas.

DA MEDIATIZAÇÃO DA TRAGÉDIA DE ENTRE-OS-RIOS AO SILÊNCIO DAS VÍTIMAS

A mediatização da Tragédia de Entre-os-Rios — e, mesmo, a sua *sobremediatização* (D'Allones, 2008, p. 92) — contribuiu grandemente para assegurar que, no tempo da urgência, os paivenses se tornassem *gente real*, diria Arundhati Roy (2010), que passassem a existir fisicamente e, mais do que isso, politicamente, ampliando-se a sua singularidade humana e, nesse processo, anulando-se o desvalor da sua singularidade cidadã. A Hintze Ribeiro, na sua queda, a provocar o inverso do desapossamento de poder e a obrigar o Governo a adotar uma *prática de expiação* perante um próximo tornado demasiado próximo pela comunicação social, perante um humano tornado plenamente humano pelo sofrimento e pela morte.

A questão de fundo que a Tragédia de Entre-os-Rios consigo carrega é a do *silêncio das vítimas*, não das vítimas *hiperbolizadas* e *hipervalorizadas*, mas das *outras* vítimas que vivem e continuam a viver na sombra da comunicação social e que são, por essa razão, incapazes de interpelar o Estado. As vítimas cujo sofrimento e a morte se revelam incapazes de transcender o individual e de invadir o espaço público ao mesmo tempo que a ação política.

Refletindo sobre a relação entre poesia e luto Qian Zhongshu (1984) afirma que a voz dos imperturbados é *leve* e *fina*. E, porém, nem todas as vozes dos perturbados se tornam *espessas* e *pesadas*. É que, de facto, o sofrimento e a morte não são necessariamente inaceitáveis, não apelam necessariamente a uma obrigação de agir e, quando mobilizam a ação, essa não é necessariamente inequívoca (Boltanski, 2007). A interrogação, pois,

que a Tragédia de Entre-os-Rios suscita é bem a de saber qual o sofrimento e que mortes são passíveis de se tornarem *relevantes e importantes*?

Os direitos de exceção concedidos a Castelo de Paiva e aos familiares das vítimas pelo *Governo de exceção* de António Guterres serão uma expressão, por excesso, de um défice de reconhecimento do direito das vítimas? A prática de governação de territórios e populações afetados por acontecimentos extraordinários cuja principal característica na urgência é a expiação e os principais resultados a exceção, parece conduzir, a longo prazo, a uma forma de não-existência das vítimas, das vítimas que vivem e continuam a viver na sombra da comunicação social, à sombra do *Estado de indiferença* e ensombrados pelo não-reconhecimento do seu estatuto mais do que da sua condição.

○ PÓS-DESASTRE E A DESPOLITIZAÇÃO DAS VÍTIMAS

Na sequência de acidentes coletivos, em Portugal como noutros países, embora se tenha vindo a assistir à reivindicação e à presença assídua de dispositivos profissionais de enquadramento das vítimas — substanciados quase exclusivamente no apoio psicológico —, o caso de Entre-os-Rios revela, por excesso, duas tendências: a incapacidade das vítimas em se constituírem como atores políticos ou, na relação com sucessivos governos, em particular, e com o Estado, em geral, a sua progressiva despolitização.

A comunicação social foi, indubitavelmente, fundamental na afirmação do poder interpelativo do sofrimento e da morte das vítimas da Tragédia de Entre-os-Rios e no subsequente carácter expiatório que veio a assumir a prática de governação adotada pelo governo de António Guterres (Araújo, 2014). Restringindo-se, porém, ao momento da urgência, a ação da comunicação social confere às vítimas um poder efémero. No caso dos desastres, o que este aspeto questiona é o efetivo papel político do jornalismo a longo prazo, ou seja, a sua capacidade para *inscrever* (Gil, 2004) acontecimentos como a Tragédia de Entre-os-Rios como algo que aconteceu e que continua a acontecer e, mais do que isso, como algo que vai para além *do* local e *dos* familiares das vítimas. Uma outra *inscrição* do acontecimento que atenuaria o peso que recai sempre nos ombros de territórios afetados e de familiares das vítimas que se veem invariavelmente confinados à incómoda posição de *guardiões* e, simultaneamente, de *prisioneiros* da memória dos desastres.

O colapso da ponte Hintze Ribeiro tem vindo progressivamente a converter-se num *mero* acontecimento local e a perder muito do desassossego

de que foi inicialmente tomado, o único desassossego capaz de romper com a contemporânea — e politicamente reconfortante — quietude do desastre. E é isto que provoca desassossego. Um desassossego que deriva da evidência no tratamento político dos desastres com um misto de paternalismo e de indiferença que se constrói e se reforça por via da produção discricionária de exceção.

Concluiria, retomando a interrogação levantada por Mervi Pantti e Karin Wahl-Jorgensen (2007) — qual é o papel político do jornalismo em situações de desastres? — oferecendo uma resposta que, longe de definitiva, se assume como um contributo para um debate, a meu ver, necessário: se, de facto, a comunicação social exerce uma influência decisiva para o desassossego político dos desastres, a sua influência faz-se igualmente sentir, desta feita por ausência, na quietude política dos desastres.

No tempo do quase-silêncio dos pós-desastres, muito para além dos encerramentos mediáticos e políticos, dos monumentos e dos memoriais, perdura nas vítimas e nos familiares das vítimas uma memória indelével dos desastres. Uma memória que, muitas das vezes, se vai gradualmente esvaziando da força interpeladora adquirida por via da comunicação social no tempo do desastre. Uma memória que continua, todavia, a conferir desassossego ao acontecimento e que, não encontrando eco, se revela incapaz de *fazer* política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. (2013). *Eichmann em Jerusalém*. Coimbra: Tenacitas.
- Araújo, P. (2014). *Um Estado Longe de Mais. Para uma sociologia com desastres*. Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Bensa, A. & Fassin, E. (2002). Les sciences sociales face à l'événement. *Terrain*, 38, 5-20.
- Boltanski, L. (2007). *La Souffrance à Distance*. Paris: Métailié.
- Camponez, C. (2004). A crise do jornalismo face aos novos desafios da comunicação pública. In *Atas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividades e Ação* (pp. 9-12), Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- D'Allones, M. R. (2008). *L'Homme Compassionnel*. Paris: Seuil.

- Endo, P. C. (2010). O debate sobre a memória e o corpo torturado como paradigma da impossibilidade de esquecer e do dever de lembrar. In C. U. Santander (Org.), *Memória e Direitos Humanos* (pp. 15-33). Brasília: LGE.
- Ezequiel, A. & Vieira, A. (2001). *Missão em Castelo de Paiva. Relato de um participante nas operações de resgate*. Lisboa: Caminho.
- Garcias, P. (2001, 15 de março). A verdade no fundo do rio. *Público*, p. 5.
- Gil, J. (2004). *Portugal, Hoje. O medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Jasper, J. M. (1998). The emotions of protest: Affective and reactive emotions in and around social movements. *Sociological Forum*, 13(3), 397-494.
- Kitch, C. (2000). A news of feeling as well as fact: mourning and memorial in American newsmagazine. *Journalism* 1(2), 171-195.
- Lagadec, P. (1995). *Cellules de Crise. Les conditions d'une conduite efficace*. Paris: Éditions d'Organisation.
- Linfield, S. (2010) *The Cruel Radiance. Photography and political violence*. Chicago: Chicago University Press.
- Marinho, S. (2004) A Ponte mais vista do país. O que se disse da cobertura jornalística da queda da ponte de Entre-os-Rios. In A. Fidalgo & P. Serra (Ed.), *Atas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II Ibérico – Volume IV Campos da Comunicação* (pp. 569-580). Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Marinho, S. (2007) A queda da ponte de Entre-os-Rios. Exibição em direto da dor e do luto. In M. Pinto & H. Sousa (Org.), *Casos em que o Jornalismo foi Notícia* (pp. 163-184). Porto: Campo das Letras.
- Mayes, T. (2000). Submerging in 'therapy news'. *British Journalism Review*, 11(4), 30-36.
- Minc, A. (2005). *Le Crépuscule des Petits Dieux*. Paris: Grasset.
- Pantti, M. & Wahl-Jorgensen, K. (2007). On the political possibilities of therapy news: Media responsibility and the limits of objectivity in disaster coverage. *Estudos em Comunicação*, 1, 3-25.
- Pereira, J. P. (2001). "O 'show' da morte". *Jornalismo e Jornalistas*, 5, 8-9.
- Roy, A. (2010). *O Perfil do Monstro*. Lisboa: Bertrand.
- Santos, R. (2002). Dez anos de história da SIC (1992-2002). O que mudou no panorama audiovisual português. *Observatório, Revista do Observatório da Comunicação*, 6, 93-105.

- Sekiguchi, R. (2011). *Ce n'est pas un hasard. Chronique japonaise*. Paris: P.O.L..
- Silva, R. P. (2008). *Estudo da Erosão de Pilares de Pontes*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Tetu, J. (2004). L'émotion dans les médias: dispositifs, formes et figures. *Mots. Les Langages du Politique*, 75, 9-19.
- Torres, E. C. (2001). Lágrimas politicamente incorretas. *Jornalismo e Jornalistas*, 5, 11-12.
- Torres, E. C. (2006). *A Tragédia Televisiva. Um género dramático da informação audiovisual*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Young, J. (1992). The counter-monuments: Memory against itself in Germany today. *Critical Inquiry*, 18(2), 267-296.
- Zhongshu, Q. (1984). Poetry as a Vehicle of Grief. *Redentions*, 21/22, 21-40.
- Zimler, R. (2009). *Os Anagramas de Varsóvia*. Alfragide: Oceanos.

Citação:

Araújo, P. (2016). A vertigem do momento: o poder do sofrimento e da morte e a ilusão da força das vítimas. In M. L. Martins; M. L. Correia; P. Bernardo Vaz & Elton Antunes (Eds.), *Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar* (pp. 113-130). Braga: CECS.